



CICR

DESAFIOS HUMANITÁRIOS 2023

COLOMBIA



A importância da ação humanitária

Frequentemente, seja qual for o país, as pessoas me perguntam como é possível ser neutral diante do sofrimento das pessoas por causa de conflitos armados.

Não é fácil. Qualquer trabalhador humanitário pode comentar os dilemas que ele enfrenta, também com certa frequência, na tomada de decisões que afetarão a vida das vítimas. O equilíbrio entre os benefícios e os danos de uma postura é difícil.

Na verdade, para nós, a neutralidade é uma postura não apenas moral, mas também humanitária, pragmática, que permite dialogarmos com todos os portadores de armas e acessar as comunidades nas regiões mais afetadas. A neutralidade não nos permite tomar partido nos conflitos armados, mas sim realizar ações pelas vítimas. Ela nos garante acesso às frentes de batalha para prestarmos assistência humanitária que pode salvar vidas.

Durante mais de 50 anos, nossa neutralidade, imparcialidade e independência têm nos permitido desempenhar nosso papel humanitário nas áreas mais afetadas pelos conflitos armados na Colômbia.

Assim, no ano passado, conseguimos levar água e comida a mais de 74 mil pessoas confinadas ou deslocadas. Recebemos as garantias necessárias para que nossas equipes de saúde atendessem a 382 pessoas feridas ou doentes e a 1.170 sobreviventes de violência sexual no meio da guerra. Dessa forma, conseguimos recuperar 39 restos mortais de pessoas dadas como desaparecidas para que pudessem ser retornados às famílias e estas pudessem realizar um enterro digno. Também participamos da liberação de 63 pessoas que estavam em poder de grupos armados e visitamos pessoas privadas de liberdade em 11 presídios do país.

Igualmente, nossos princípios abriram um espaço global para promovermos a adesão dos Estados a instrumentos internacionais do Direito Internacional Humanitário (DIH). A neutralidade não impõe silêncio ao CICV, mas cria os espaços necessários para o diálogo com os responsáveis diretos de supostas violações das normas humanitárias.

Esse diálogo é bilateral e confidencial. São apresentadas alegações; caso sejam verdadeiras, procura-se que as partes assumam a responsabilidade por elas. Ações não precisam ser publicadas nas redes sociais para acontecerem. Isso não significa que a nossa confidencialidade seja sinônimo de complacência. Priorizamos encontros presenciais com tomadores de decisões durante confrontos armados. Além disso, o CICV emprega a comunicação pública para apoiar nosso trabalho multilateral, conscientizar sobre o DIH e sobre outras normas humanitárias e explicar a nossa forma de atuar.

A adoção de uma postura neutral, por si só, não resolve os problemas humanitários, mas fornece uma estrutura lógica e coerente para tudo o que o CICV faz ou diz. A coerência é fundamental para a geração de confiança.

Os relatórios de 2022 das nossas equipes no terreno permitem afirmarmos que a situação humanitária na Colômbia com relação aos sete conflitos armados não internacionais continuou se deteriorando em diferentes regiões. Infelizmente, a quantidade de vítimas de artefatos explosivos e de ataques de portadores de armas contra serviços de saúde aumentou. Igualmente, continuamos registrando centenas de casos de desaparecimento de pessoas por causa dos conflitos armados e testemunhando o confinamento e o deslocamento de dezenas de milhares de pessoas.

Portanto, celebramos o marco da política da Paz Total e todas as iniciativas que ajudem a diminuir as consequências humanitárias dos conflitos armados, e insistimos sobre a importância da preservação da ação humanitária e do respeito pelas suas modalidades de trabalho para auxiliar as pessoas afetadas.

As organizações humanitárias imparciais devem aplicar padrões com base no exercício constante dos princípios de neutralidade, imparcialidade e independência, e numa gestão rigorosa da segurança de todas as pessoas envolvidas.

Por outro lado, lembramos que normas humanitárias como o DIH não são um teto, mas um mínimo: são os acordos mínimos e fundamentais que conseguimos como humanidade para proteger quem não participa ou já não participa das hostilidades. Essas normas não são um privilégio para as partes em conflito.

Todas as partes em um conflito armado podem fornecer mais proteção da prevista pelo DIH, mas não menos. Além disso, acordos entre partes podem ser aplicados bilateralmente para aumentar a proteção.

Por tudo isso, sempre que as pessoas me perguntam como a neutralidade é possível durante conflitos armados, a minha resposta é a mesma: para estar do lado das vítimas da guerra.



“*Insistimos sobre a importância da preservação da ação humanitária e do respeito pelas suas modalidades de trabalho para auxiliar as pessoas afetadas.*”

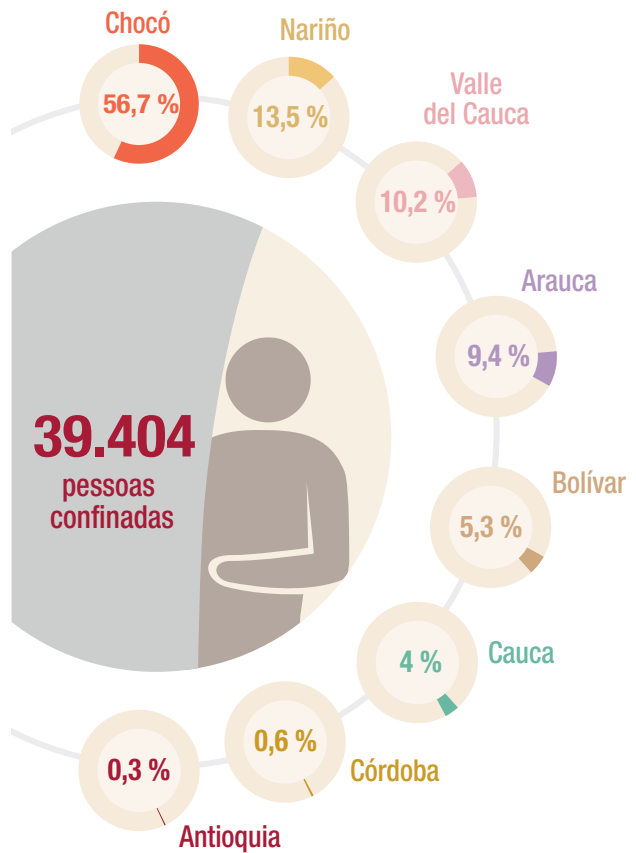
Lorenzo Caraffi
Chefe da delegação na Colômbia

A população civil, presa entre o medo e a angústia

Na Colômbia, os conflitos armados e a violência continuam causando impactos profundos na população civil, incluindo pessoas feridas, mortas e desaparecidas, famílias separadas, comunidades confinadas e deslocadas, crianças e adolescentes associados com portadores de armas, traumas psicológicos, temores, angústia e incerteza permanente. Em diversos territórios do país, a população padece um sofrimento indescritível, que é agravado quando os atores armados desrespeitam as normas do DIH e de outros princípios humanitários.

Em 2022, nossas equipes no terreno documentaram 400 supostas violações do DIH e de outras normas humanitárias*, das quais mais de metade correspondia a homicídios, ameaças, violência sexual, utilização de artefatos explosivos com efeitos indiscriminados, recrutamento, uso e participação de crianças e adolescentes nas hostilidades, privações de liberdade arbitrárias e tratamentos cruéis, inumanos ou degradantes, entre outras condutas graves.

Confinamentos em 2022

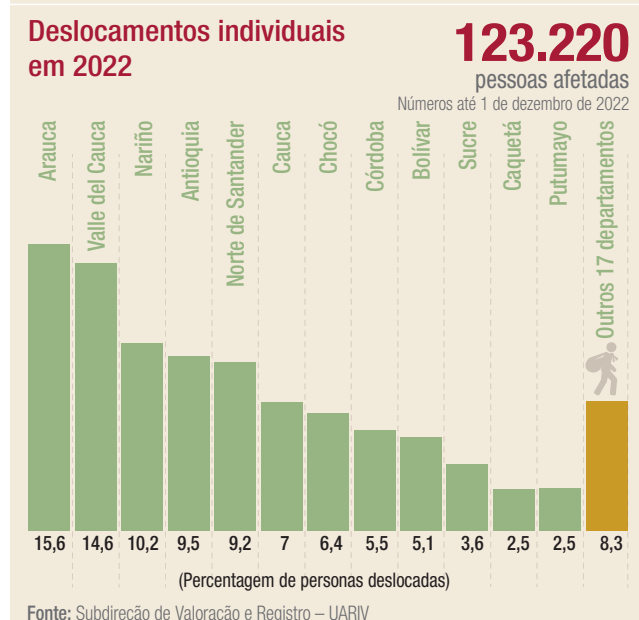
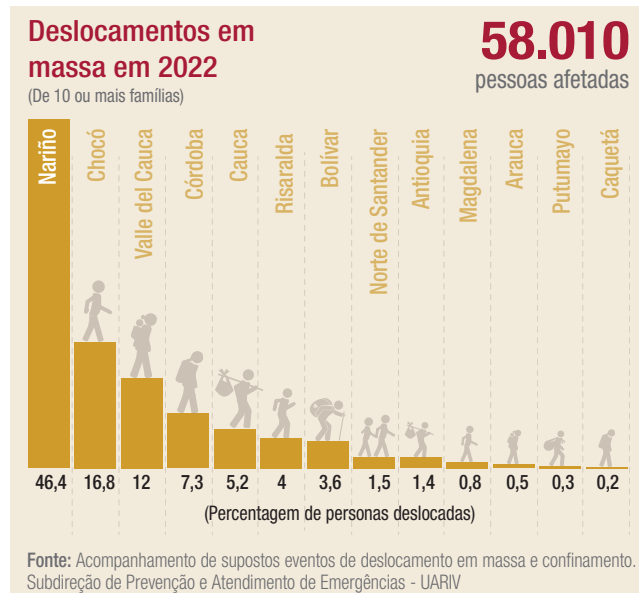


Fonte: Acompanhamento de supostos eventos de deslocamento em massa e confinamento. Subdireção de Prevenção e Atendimento de Emergências - UARIV

Além disso, foram informados incidentes relacionados à condução das hostilidades, como casos de incumprimento da obrigação de tomar cuidados para proteger a população e os bens civis dos efeitos daquelas hostilidades pelas partes em conflito.

A presença de atores armados perto de áreas povoadas e o uso de bens civis com fins militares aumentou a pressão sobre as comunidades e seu medo de ficarem presas no meio do fogo cruzado ou de que seus espaços comunais se tornassem alvos militares.

Outras dificuldades foram acrescentadas a esse cenário complexo. No ano passado, registramos 515 vítimas de artefatos explosivos, o número mais alto dos últimos seis anos, que confirma a tendência observada por nós desde 2018. Com cada ano, essa problemática se aprofunda e com ela, a magnitude dessa tragédia humanitária.



* Essas informações não representam o contexto completo do país, mas os casos que o CICV conheceu de forma direta no desempenho de seu trabalho humanitário, e não permitem realizar uma análise de variação (incremento ou diminuição) interanual, sendo que diversas variáveis dinâmicas podem incidir na coleta de dados.

Em 2022, documentamos 348 casos de desaparecimentos relacionados com os conflitos armados e com a violência e ocorridos depois da assinatura do Acordo de Paz, 209 deles no ano passado. Esses dados não refletem a totalidade de ocorrências que puderam ser registradas no contexto nacional, mas fornecem uma prova contundente de que na Colômbia, esse fenômeno não faz parte do passado.

Por outro lado, segundo estatísticas oficiais, no mesmo ano, o deslocamento individual afetou pelo menos 123 mil pessoas e o deslocamento em massa, outras 58 mil. Todas elas tiveram que abandonar seus lares para salvar a própria vida.

Igualmente, 39 mil pessoas ficaram confinadas pelo agravamento das ações armadas e pela presença de artefatos explosivos em seus territórios. 64 % da população confinada identificou-se como indígena e 27 %, como afrodescendente.

A análise dessas informações de uma perspectiva territorial demonstra que em algumas áreas, as dinâmicas do confinamento e do deslocamento têm sido constantes, ao passo que em outras, elas mudaram consideravelmente. Dois exemplos do primeiro caso são Nariño e Chocó, departamentos que, nos últimos quatro anos, têm sido os mais impactados pelos deslocamentos em massa e pelo confinamento, respectivamente.

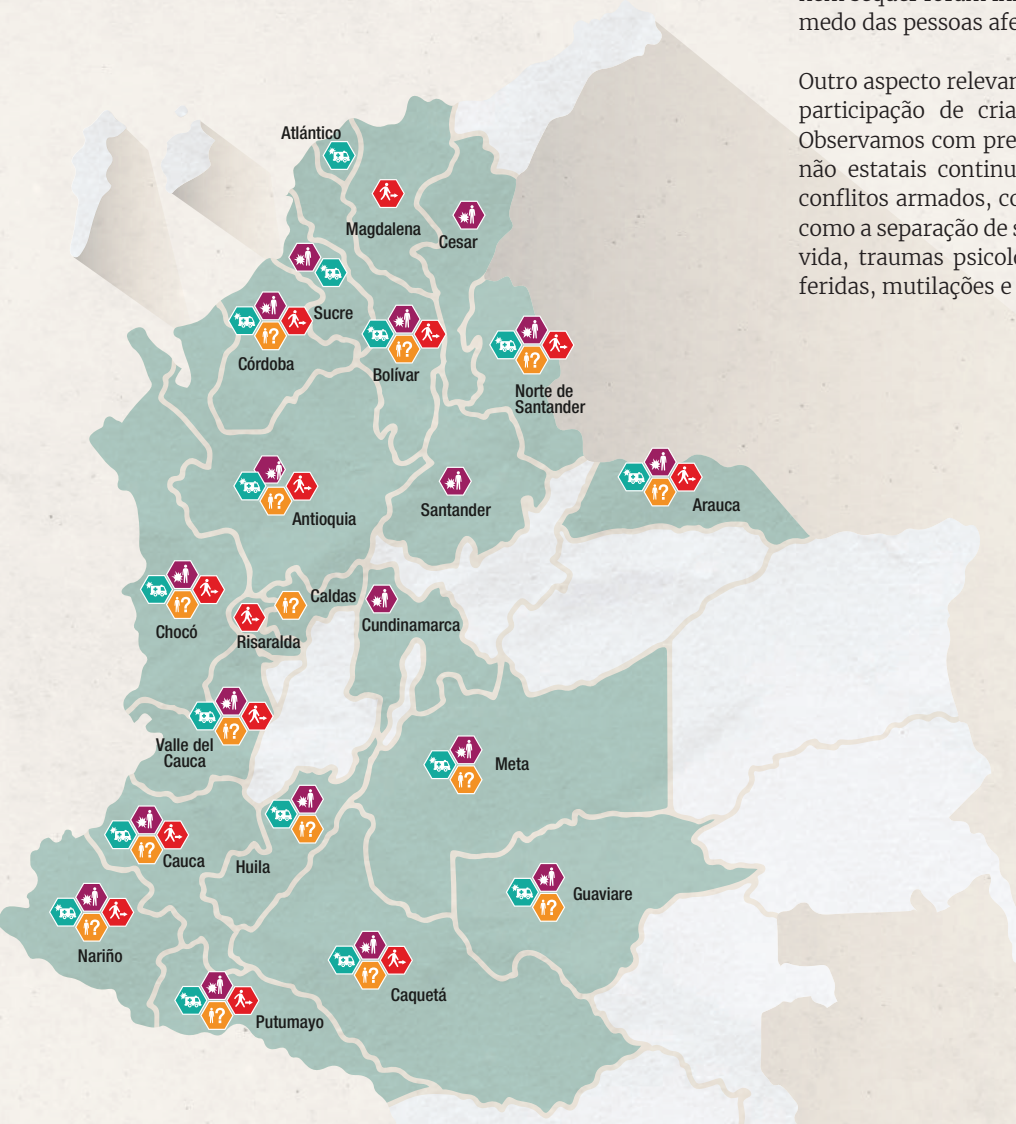
No que tange às situações com mudanças expressivas, um bom exemplo é Arauca. Neste departamento, o confinamento aumentou 10 vezes em comparação com 2021, e o deslocamento de indivíduos passou de 763 pessoas registradas nesse ano para mais de 19 mil em 2022.

No ano passado, também continuaram os ataques contra a assistência à saúde, sendo particularmente graves os incidentes registrados nas áreas mais afetadas pelos conflitos armados e pela violência, como o assassinato de funcionários de saúde e pacientes, ameaças, violência sexual, extorsões e bloqueio de ambulâncias, entre outros. Alguns desses casos nem sequer foram informados ao sistema oficial por causa do medo das pessoas afetadas.

Outro aspecto relevante é o fenômeno do recrutamento, uso e participação de crianças e adolescentes nas hostilidades. Observamos com preocupação que atores armados estatais e não estatais continuam envolvendo menores de idade nos conflitos armados, com consequências profundas para estes, como a separação de suas famílias, a perda de seus projetos de vida, traumas psicológicos, ser vítimas de violência sexual, feridas, mutilações e mortes.

A ausência de ambientes seguros, oportunidades de vida e acesso à educação, bem como o maior controle social e o aumento da presença de portadores de armas perto de locais povoados, aumenta a vulnerabilidade dos menores de idade a essa problemática.

Igualmente, estamos preocupados com a violência sexual que, infelizmente, continua presente no contexto dos conflitos armados. Muitas vezes, esses atos de violência são utilizados pelos portadores de armas como método de represália para gerar medo ou exibir poder e destruir o tecido social das populações. Existem muitas expressões de violência sexual além do estupro, como o assédio sexual ou a nudez forçada, com consequências devastadoras para as vítimas, as famílias e toda a comunidade.



Vítimas de artefatos explosivos

Novos casos de desaparecimento (documentados pelo CICV)

Confinamentos e/o deslocamentos em massa

Ataques contra a assistência à saúde (relacionados aos conflitos armados)

Consequências humanitárias em 2022

No entanto, a maioria dos casos não é reportada pelo medo da revitimização ou pela culpa ou vergonha que as pessoas afetadas podem experimentar. Os obstáculos para denunciar casos de violência sexual limitam o acesso da vítima ao atendimento até 72 horas depois da ocorrência, mesmo em casos de emergências médicas com risco de morte para a vítima.

Todos esses elementos revelam a complexidade do atual contexto, onde as dinâmicas dos conflitos armados, a conduta dos portadores de armas e a magnitude das consequências humanitárias podem variar expressivamente de uma região a outra.

Em 2022, a disputa territorial em várias regiões do país se intensificou, piorando diversos problemas e aumentando o risco para a população civil, sendo que as comunidades tiveram que enfrentar não apenas as consequências diretas dos confrontos (confinamento, deslocamento em massa, presença de artefatos explosivos, danos a bens civis etc.), mas também a pressão de atores armados que, em várias ocasiões, acusaram as comunidades de pertencer, auxiliar ou favorecer uma parte no conflito pelo simples fato de morarem no território e ficarem presas em meio ao confronto armado.

Já em outros casos, durante alguns meses do segundo semestre do ano, os enfrentamentos entre o Estado colombiano e os grupos armados diminuíram, reduzindo o impacto direto das hostilidades e levando um pouco de alívio à população. No entanto, a situação das comunidades naqueles territórios continua sendo complicada, pois em alguns lugares os portadores de armas ainda mantêm o controle social e, por conseguinte, as consequências humanitárias potencialmente

decorrentes desse fenômeno, como ameaças e diferentes tipos de abuso.

De acordo com a nossa atual classificação jurídica, com base nos critérios do DIH, há sete conflitos armados não internacionais em andamento na Colômbia. Três deles são entre o Estado colombiano e os seguintes grupos armados: o Exército de Liberação Nacional (ELN), as Autodefesas Gaitanistas da Colômbia (AGC) e as antigas FARC-EP que atualmente não respeitam o Acordo de Paz.

Os quatro conflitos restantes são entre grupos armados, um entre o ELN e as AGC e os outros três, entre as FARC-EP que atualmente não respeitam o Acordo de Paz e a Segunda Marquetalia, os Comandos da Fronteira – Exército Bolivariano e o ELN, respectivamente. Esse último conflito foi classificado recentemente com base na observação e na análise das hostilidades entre ambos os grupos e nas suas consequências humanitárias durante os últimos dois anos.

As dinâmicas variáveis do contexto territorial, a reconfiguração dos atores armados não estatais, a deterioração da situação humanitária e a pouca presença das instituições estatais, um problema histórico nas áreas mais afetadas pelos conflitos armados, revelam múltiplos desafios no plano humanitário e apresentam um cenário complicado no que tange às condições de vida e segurança da população civil.

No entanto, é preciso apontar que os números e a análise apresentados no presente relatório refletem a realidade observada por nós durante 2022. Considerando a situação dinâmica em andamento na Colômbia, esse panorama pode mudar.

Classificação dos conflitos armados

Por que o CICV classifica os conflitos armados?

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) classifica conflitos armados apenas para cumprir seu propósito humanitário, que inclui a realização de suas funções conforme estabelecido nas Convenções de Genebra, seus Protocolos Adicionais e os Estatutos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, a promoção do respeito pelo DIH entre as partes e a garantia de proteção e de assistência às vítimas daqueles conflitos.

Quais critérios o CICV observa para classificar um conflito armado como não internacional?

O CICV baseia-se no DIH, que estabelece dois critérios para que uma situação de violência seja classificada como conflito armado não internacional: os respectivos grupos armados devem demonstrar um nível suficiente de organização e as hostilidades entre as partes devem alcançar um grau mínimo de intensidade. Ambos os critérios devem ser observados; o CICV realiza uma análise técnica e objetiva de seu cumprimento com base nas informações coletadas diretamente nos territórios.

O DIH leva em conta a motivação de um grupo armado na sua classificação como parte em um conflito armado não internacional?

A motivação de um grupo armado – seja política, econômica, religiosa, étnica ou outra – não é um requerimento ou elemento de análise para sua classificação como parte em um conflito armado não internacional nem para a aplicação do DIH. Além disso, a aplicação do DIH por causa da existência de um conflito armado não internacional não outorga um status especial aos grupos armados ou seus membros. Nesse sentido, o DIH não permite nem impede Estados de negociarem com grupos armados.

A ameaça constante dos artefatos explosivos

A presença, uso e abandono de artefatos explosivos continua causando múltiplas consequências humanitárias, incluindo confinamentos, deslocamentos, traumas psicológicos e angústia. Essas sequelas, conquanto menos visíveis do que outros efeitos, são igualmente graves, sendo que transformam de forma total e profunda a vida das populações.

Em 2022, comunidades inteiras experimentaram medo, ansiedade e impotência, já que a ameaça constante desses artefatos as impediu de transitarem livremente pelos seus territórios, pescarem, caçarem e acessarem suas safras e outros meios de subsistência. Além disso, o problema restringe o acesso das comunidades a serviços básicos de saúde e educação, aumentando a vulnerabilidade de crianças e adolescentes que, diante da falta de espaços seguros, correm maior perigo de serem envolvidos em conflitos armados.

A quantidade de vítimas diretas é outra prova da gravidade do problema. No ano passado, registramos 515 vítimas de minas antipessoal, resíduos explosivos de guerra, artefatos lançados e artefatos de detonação controlada. Dessas pessoas, 56 faleceram e o restante sobreviveu com sequelas físicas e psicológicas para a vida toda.

Os casos foram registrados em 18 departamentos da Colômbia, mas seis foram especialmente afetados: 70 % das vítimas concentraram-se em Cauca, Antioquia, Arauca, Nariño, Norte de Santander e Meta. A análise do fenômeno de uma perspectiva territorial apresenta vários destaques como, por exemplo, as novas áreas aonde o problema se expandiu.

De 86 municípios que registraram acidentes no ano passado, 57 % não tinham informado vítimas em 2021. Além disso, em 2022, foram identificados 26 municípios novos afetados por artefatos explosivos que não tinham registrado vítimas nos

últimos quatro anos. Esses dados provam a estreita relação entre a evolução do problema e as dinâmicas dos conflitos armados e da violência, que passam por permanente reconfiguração e podem variar expressivamente de uma área a outra.

Outro aspecto relevante é o impacto de cada tipo de artefato explosivo. No ano passado, as vítimas de minas antipessoal e resíduos explosivos de guerra diminuíram 13 % em comparação com 2021, ao passo que aumentou o impacto dos incidentes com artefatos explosivos lançados e de detonação controlada, responsáveis por 69 % do total de vítimas registradas em 2022.

Um terceiro aspecto, e um dos mais relevantes, são os efeitos do problema na população civil. Das vítimas registradas no ano passado, 54 % foram pessoas civis, incluindo 43 menores de idade.

Essa situação e outros efeitos do fenômeno aumentaram a complexidade do panorama para as comunidades. Por exemplo, em 30 municípios que registraram acidentes com artefatos explosivos, a população também teve que aguentar deslocamentos em massa e confinamentos. Também foram registrados incidentes desse tipo em áreas onde, mesmo sem vítimas diretas registradas, a presença de artefatos explosivos tem efeitos devastadores.

Todos os aspectos apresentados acima são provas da magnitude do problema e do sofrimento que ele causa à população. É fundamental sensibilizar os atores armados, as instituições do Estado e a cidadania sobre a realidade das comunidades, uma realidade que não é normal nem deveria ser normalizada.



Uma incerteza que nunca acaba

A vida com a incerteza de não saber se um ente querido está vivo ou morto e desconhecer sua sorte ou paradeiro foi uma dolorosa nova realidade para centenas de famílias na Colômbia em 2022. O fenômeno do desaparecimento relacionado com os conflitos armados e com a violência continua marcando as pessoas com uma dor que levará muito tempo para sarar.

Nossos números, que são apenas uma parte do problema, mostram que a prática ainda existe no país. Em 2022, documentamos 209 casos de desaparecimento ligados aos conflitos armados e à violência em 15 departamentos. Arauca, Chocó, Cauca, Nariño e Norte de Santander são as áreas mais afetadas, representando 79 % dos casos que conhecemos. Desde a assinatura do Acordo de Paz em 2016, documentamos a ocorrência de 1.122 desaparecimentos.

O controle social e a pressão dos portadores de armas condicionam não apenas as atividades diárias das comunidades, mas também seu acesso às instituições responsáveis pela busca e pelo atendimento às suas necessidades. Em alguns casos, por medo de represálias, as famílias preferem esperar meses ou anos antes de informar o desaparecimento de um membro.

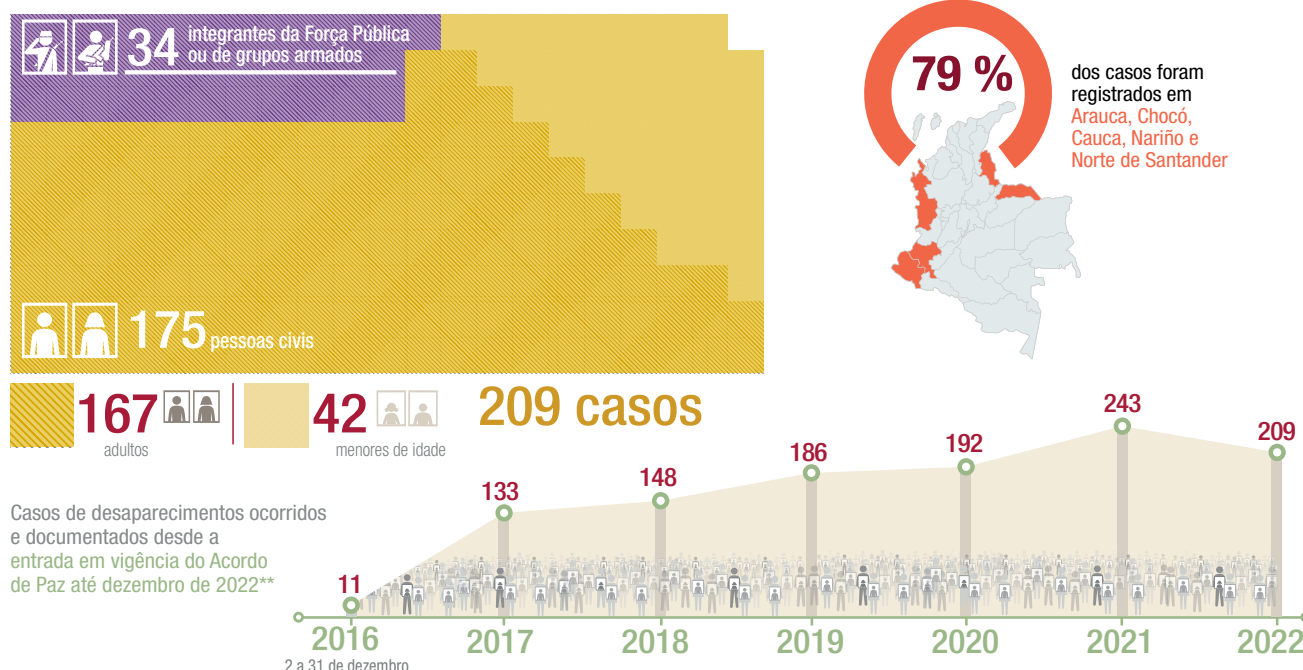
As decisões dos atores armados no que tange à gestão de pessoas falecidas e à manutenção de contato entre familiares podem evitar desaparecimentos na Colômbia. Em algumas áreas do país, uma das formas de exercer controle social sobre as comunidades é impedi-las de recuperar os restos mortais de pessoas falecidas e não avisar da sua existência. Em outros casos, os grupos armados informaram organizações humanitárias para que estas recuperassem os corpos.

Diante do drama enfrentado por milhares de famílias na tentativa de recuperarem os corpos de seus entes queridos falecidos no contexto dos conflitos armados, insistimos na necessidade de reforçar a resposta estatal para promover a recuperação digna de corpos, inclusive nos locais mais remotos. Para isso, é fundamental contar com a vontade incondicional e com os recursos necessários, especialmente para o funcionamento adequado da Unidade de Busca de Pessoas Dadas como Desaparecidas (UBPD). Igualmente, os portadores de armas devem prevenir o desaparecimento de pessoas, uma obrigação para todas as partes estabelecida nas normas da guerra.

O exposto acima faz parte do panorama dos desaparecimentos ocorridos desde 2016 e anteriormente. Nesse sentido, o Estado deve tomar as medidas necessárias para acabar com o desaparecimento de pessoas e conhecer o paradeiro das pessoas desaparecidas. É preciso promover a operatividade do Mecanismo de Busca Urgente, que poderia ajudar a impedir novos desaparecimentos. Para isso, é preciso informar os servidores envolvidos de sua existência e criar um sistema de monitoramento das ações realizadas pelas instituições quando o mecanismo for ativado.

Além disso, é fundamental que o acesso dos familiares de pessoas desaparecidas à assistência à saúde mental seja facilitado dentro do sistema público de saúde. Essas pessoas não são apenas números: são sonhos destruídos, famílias arrasadas, horas de busca e espera, uma resposta que às vezes não chega e, acima de tudo, a incerteza e a dor de não saber o que aconteceu e onde estão seus entes queridos.

Casos de desaparecimento registrados em 2022*



* Esses números correspondem aos casos documentados pelo CICV no desempenho de seu trabalho nas áreas onde temos presença. Portanto, eles não refletem a magnitude exata do fenômeno.

** Esses números podem variar com cada publicação, sendo que alguns desaparecimentos não são informados no ano em que aconteceram. Por exemplo, em 2022, documentamos 348 desaparecimentos, dos quais 209 aconteceram nesse ano e os restantes, entre dezembro de 2016 e dezembro de 2021.

A saúde em meio aos conflitos

Os ataques registrados no ano passado contra fornecedores de assistência à saúde nas áreas mais afetadas pelos conflitos armados foram particularmente graves e se acrescentaram aos múltiplos danos provocados pelo alto nível de violência padecido pela população civil nesses locais.

Nossa presença nesses territórios e o diálogo próximo com o pessoal de saúde dessas áreas permitiram identificarmos atos de violência contra a assistência à saúde que não foram denunciados no sistema oficial. Esses incidentes afetaram especialmente os departamentos de Arauca, Nariño, Cauca, Norte de Santander, Putumayo, Chocó e Antioquia.

Em 2022, foram registrados pelo menos sete homicídios de pacientes e profissionais de saúde, superando inclusive os seis casos denunciados entre 2018 e 2021. Além disso, receberam-se informações sobre outros tipos de violência contra o setor de saúde, como violência sexual, bloqueio de ambulâncias por atores armados, sequestro de pessoas que estavam sendo deslocadas em ambulâncias, ameaças e extorsões.

No contexto dos conflitos armados, também surgiram situações com impacto indireto na prestação de serviços de assistência à saúde, como a detonação de artefatos explosivos perto de estabelecimentos de saúde ou o confinamento de comunidades, que tiveram seu acesso à assistência à saúde bloqueado.

Além disso, em alguns casos, o pessoal de saúde foi levado contra sua vontade a prestar assistência a pessoas feridas ou doentes. Nessas circunstâncias, o pessoal de saúde foi exposto ao risco de ficar preso em meio a combates e ser alvo de processos judiciais por prestar assistência à saúde a

quem participou nas hostilidades. É preciso lembrar que o DIH, entre outras normas, protege o pessoal de saúde contra ataques no contexto das hostilidades e contra a judicialização pela prestação de serviços de saúde a qualquer parte em conflito, conforme a deontologia.

Nesse cenário de violência contra a assistência à saúde em áreas remotas afetadas por conflitos armados é comum encontrarmos auxiliares, enfermeiros, médicos, motoristas de ambulâncias e equipes de saúde pública que, com resiliência e coragem, continuam se empenhando na prestação de serviços de saúde a pessoas e comunidades.

Alguns deles devem andar até oito horas em mula para chegar a quem mais precisa deles. Muitas vezes, perguntamo-nos de onde eles obtêm as forças para resistir. Em Putumayo, recebemos a seguinte resposta: “todas as vidas têm o mesmo valor”.

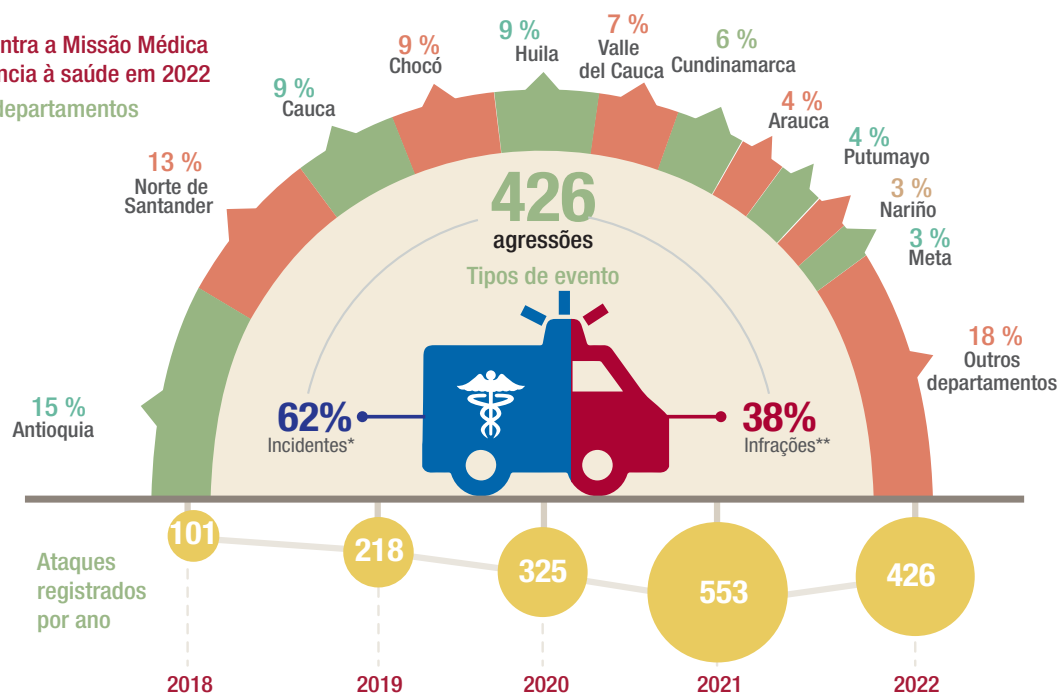
Apesar da coragem deles, é preciso lembrar que essa violência tem um impacto importante na saúde mental e exige uma resposta com uma abordagem diferenciada.

Embora o contexto dos conflitos armados apresente os fatos mais complexos, agressões contra a assistência à saúde também são registradas em outros cenários. No ano passado, a Mesa Nacional da Missão Médica registrou 426 agressões contra profissionais, estabelecimentos e veículos de saúde, dos quais 62 % não tinham relação com os conflitos armados.

Além do contexto particular, é importante entender que quem presta assistência à saúde deve ser respeitado e protegido em todas as circunstâncias, porque a vida de outras pessoas depende deles.

Ataques contra a Missão Médica e a assistência à saúde em 2022

Cifras por departamentos



*Definidos como agressões contra a assistência à saúde ocorridas fora do contexto dos conflitos armados, suscetíveis de aplicação da legislação nacional e do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH).

**Definidas como ataques contra a assistência à saúde ocorridos no contexto dos conflitos armados e suscetíveis de aplicação do DIH

Alta da superlotação de pessoas em centros de detenção transitória

No ano passado, o sistema penitenciário colombiano continuou experimentando uma situação difícil, com a consequente vulneração de direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.

A superlotação nos estabelecimentos sob responsabilidade das autoridades penitenciárias apresenta diminuição expressiva desde o começo da pandemia da COVID-19, de 51 % para 21%. No entanto, esse fenômeno passou para os centros de detenção transitória, que apresentam taxas críticas.

Os centros penitenciários também experimentam dificuldades para garantir o acesso a condições dignas e a serviços básicos como saúde, água, alimentação, higiene e espaço suficiente para as pessoas privadas de liberdade.

Outro problema dos centros de detenção é a deterioração de sua infraestrutura, que muitas vezes é deficiente e não recebe manutenção. Além disso, a falta de pessoal e a escassez de projetos de educação e reabilitação têm impacto negativo no processo de reinserção social.

Alguns setores da população detida hoje, como idosos e pessoas com deficiência ou com problemas de saúde mental, têm sua vulnerabilidade acrescentada pela falta de uma abordagem diferencial. Para as mulheres detidas que são o sustento de suas famílias, a prisão desintegra vínculos afetivos, com efeitos profundamente negativos nos filhos menores de idade, por causa da alteração de sua formação educacional e da multiplicação de fatores de exclusão.

Liberações: um reflexo da intermediação neutra

Em 2022, recebemos 63 pessoas que se encontravam em poder de diferentes atores armados, um dos números mais altos dos últimos anos. Independentemente de quantas vezes participarmos nessas operações estritamente humanitárias, cada reencontro de uma pessoa com seus entes queridos será profundamente gratificante para nós.

Aliviar o sofrimento de quem está em poder de atores armados é uma das nossas prioridades. Para isso, é fundamental nosso diálogo bilateral e confidencial com todas as partes nos conflitos armados, bem como ter sempre garantias de segurança e respeito pelo nosso trabalho humanitário. Assim, conseguiremos encontrar o ambiente necessário para que as pessoas, seja qual for o motivo pelo qual estão cativas, possam retomar suas vidas em liberdade.

É fundamental que os atores armados respeitem o DIH, que fornece proteção particular à população civil e a quem já não participa nas hostilidades, incluindo as pessoas em poder de uma parte em conflito.

Em cada ocasião que temos a oportunidade de facilitarmos ou participarmos em uma liberação, agradecemos aos portadores de armas sua confiança na nossa neutralidade, imparcialidade e independência e valorizamos o gesto humanitário.

Em 2023, manteremos a disposição a nos empenhar, como intermediários neutros, no facilitamento desse tipo de operações humanitárias quando e onde for necessário.



Antioquia. Diálogo com as Autodefesas Gaitanistas de Colombia (AGC).

R. Monsalve/CICR



Nariño. Rendição de 16 pessoas detidas pela Segunda Marquetalia.

E. Portillo/CICR



Arauca. Liberação de duas pessoas detidas pelo Ejército de Libertación Nacional (ELN).

M. Rodríguez/CICR



Valle del Cauca. Operação humanitária com a Frente Jaime Martínez.

C. Avila/CICR



Chamadas para a ação

Sobre conflitos armados

- ✓ É fundamental que os atores armados permitam que organizações humanitárias imparciais acessem os diferentes territórios para poderem aliviar o sofrimento da população civil e ajudar a mitigar as consequências humanitárias dos conflitos armados e da violência, incluindo o respeito pelos padrões e pelas modalidades dessas organizações, com base nos princípios de neutralidade, imparcialidade e independência.
- ✓ No contexto dos diálogos ou negociações potenciais entre o Estado colombiano e os grupos armados, é importante que as partes considerem compromissos que resultem em um maior respeito pelo DIH, a fim de diminuir os efeitos dos conflitos armados e determinar obrigações após o conflito. O DIH não deve ser sujeito a interpretações políticas nem relacionado a decisões políticas, para evitar minar sua capacidade de proteger as pessoas afetadas por conflitos armados.
- ✓ Para as pessoas afetadas pelos conflitos armados, o respeito pelo DIH é tudo. Quando a proteção fornecida por essas normas é respeitada, o sofrimento humano diminui. Portanto, instamos as partes em conflito a protegerem a vida e a dignidade das pessoas que não participam ou já não participam nas hostilidades, que devem receber um tratamento humano em todas as circunstâncias.
- ✓ Fazemos um apelo aos atores armados para que compreendam a magnitude e reduzam as consequências humanitárias da presença, uso e abandono de artefatos explosivos e seus efeitos diretos e indiretos sobre a população civil.
- ✓ É essencial que crianças e adolescentes não sejam associados de modo algum com atores armados. Nesse sentido, é importante que os atores armados estatais e não estatais respeitem a proteção fornecida pelo DIH e por outras normas humanitárias. Igualmente, é indispensável que o Estado colombiano promova espaços de proteção e oportunidades em áreas rurais e urbanas para prevenir o recrutamento, o uso e a participação de menores de idade em hostilidades.
- ✓ Insistimos na importância de que o Estado fortaleça sua capacidade institucional para dar uma resposta abrangente às pessoas afetadas pelos conflitos armados.

Sobre o desaparecimento de pessoas

- ✓ No intuito de evitar desaparecimentos, instamos os atores armados a tomarem as medidas necessárias, como fazer uma gestão de restos mortais adequada e permitir o contato com os familiares, e a entregarem às instituições correspondentes dedicadas à busca todas as informações em seu poder que forem úteis para descobrir a sorte e o paradeiro das pessoas desaparecidas.

✓ Lembramos os promotores, juízes e autoridades do caráter do Mecanismo de Busca Urgente como ferramenta indispensável que deve ser ativada de forma imediata e adequada em casos de desaparecimento.

✓ Pedimos ao Estado e à sociedade colombiana para continuarem apoiando a Unidade de Busca de Pessoas Dadas como Desaparecidas (UBPD) no seu importante trabalho humanitário, tanto com os recursos econômicos de que ela precisa para funcionar, como com a articulação interinstitucional e o acesso a informações pertinentes para a realização dessa tarefa.

Sobre a Missão Médica e outras formas de assistência à saúde

- ✓ Instamos os atores armados a pararem os ataques contra profissionais, estabelecimentos e veículos de saúde que prestam assistência à saúde. Particularmente, eles precisam de proteção nos lugares onde os serviços de saúde são mais frágeis, como as áreas mais afetadas pelos conflitos armados e pela violência.
- ✓ Instamos a cidadania a respeitar, proteger e reconhecer o papel fundamental da Missão Médica e de outras formas de assistência à saúde na sociedade, lembrando a importância de permitir que outras pessoas façam seu trabalho em todas as circunstâncias e sem nenhum tipo de limitação arbitrária.

Sobre a situação das pessoas privadas de liberdade em centros penitenciários

- ✓ Valorizamos as iniciativas de reforma e humanização do sistema prisional e penitenciário impulsionadas pelo Estado colombiano, com destaque muito positivo para a aprovação do Projeto de Lei 093 de 2019, que estabelece o serviço de utilidade pública para as mulheres privadas de liberdade que são o sustento de suas famílias, como forma de sanção penal alternativa, incorporando as recomendações apresentadas por nós.
- ✓ Considerando que, apesar dos esforços realizados, o Estado ainda não conseguiu satisfazer integralmente as necessidades das pessoas privadas de liberdade, e com base no princípio de utilização racional e excepcional do presídio, é preciso um redesenho da política penal a fim de garantir um maior acesso à assistência jurídica, o respeito pelos prazos processuais e alternativas melhores à detenção que incluam uma abordagem diferenciada.
- ✓ Reconhecemos os esforços do Estado para melhorar a saúde nos locais de detenção. Entretanto, lembrando que a saúde penitenciária é um assunto público, recomendamos que sua gestão nos presídios seja responsabilidade de uma única instituição, e promovemos, portanto, uma maior participação do Ministério de Saúde e Proteção Social.

Em 2022, nosso trabalho humanitário beneficiou 334 mil* pessoas.

*Uma pessoa pode ter recebido mais de um serviço.

Os números abaixo correspondem aos esforços permanentes das nossas equipes no terreno para ajudar as pessoas afetadas pelos conflitos armados e pela violência, muitas vezes em trabalho conjunto com a Cruz Vermelha Colombiana.



Entrega de 125 toneladas de alimentos em Chocó para 11 mil personas.

Vítimas sobreviventes de violência sexual



1.170 vítimas

receberam apoio, orientação, assistência à saúde física e mental e assistência em emergências e geração de renda



2 hospitais

receberam apoio para a reabilitação de espaços de atendimento a vítimas sobreviventes de violência sexual.



D. Rodríguez/CICR

Trabalhamos com mulheres Emberá em Antioquia na construção de uma cartilha, na língua delas, sobre direitos sexuais e violências de gênero.

Vítimas dos conflitos

32.791 pessoas

afetadas pelos conflitos armados reforçaram sua segurança econômica após receberem alimentos e apoio para atividades produtivas e de geração de renda.

54 estruturas de saúde

receberam apoio com medicamentos e material médico, contribuindo para que cerca de 171.500 pessoas recebessem assistência durante emergências, incluindo a população migrante.

41.495 pessoas

tiveram suas condições de saúde, acesso à água e infraestrutura comunitária em escolas e estabelecimentos de saúde melhoradas.

6.000 ferramentas educativas

foram entregues em áreas afetadas pelos conflitos armados e pela violência.

382 pessoas

feridas, doentes, com deficiência e vítimas acessaram serviços de saúde física, mental e reabilitação física.

Afetados por artefatos explosivos



86

sobreviventes ganharam acesso a cadeiras de rodas, próteses e outros elementos de reabilitação física.



101

vítimas receberam atendimento à saúde.



239

vítimas foram beneficiadas com assistência econômica para acessar o atendimento estatal.



300

planos comunitários de contingência foram elaborados para gerar ferramentas de resposta nas comunidades afetadas pela presença de artefatos explosivos.



21.060

moradores de áreas afetadas pela presença de artefatos explosivos aprenderam a mitigar o risco de acidentes.

Busca de pessoas desaparecidas



183 familiares

de pessoas desaparecidas obtiveram informações sobre o paradeiro de seus entes queridos graças a nosso apoio, e 118 dessas pessoas foram localizadas com vida.



39 corpos

de pessoas desaparecidas foram recuperados e entregues às autoridades para sua identificação. Além disso, realizamos 8 tentativas de busca e apoiamos a entrega de 12 corpos de pessoas desaparecidas a seus familiares.



2.584 familiares

receberam orientações, atendimento psicológico e psicossocial, dinheiro, treinamento e apoio para a obtenção de emprego ou o fortalecimento de seus negócios.



241 servidores

de entidades estatais e familiares de pessoas desaparecidas receberam treinamento sobre busca, recuperação e identificação.

População migrante na Colômbia



716 migrantes

receberam vale-transporte, diárias, orientações e outros tipos de ajuda.



55 migrantes

com intenção de permanecer no país receberam comida e artigos de higiene.



19 migrantes

receberam assistência à saúde e reabilitação física.



D. Rodríguez/CICR

Resposta ao COVID-19



11.324 doses de vacinas

foram aplicadas com nosso apoio em áreas afetadas pelos conflitos armados e pela violência.



75 estruturas de saúde

receberam apoio para sistemas de gestão de informações sobre a COVID-19, elementos para cadeia de frio e elementos protetores para o pessoal de saúde.



J. Murillo/CICR

4.212

integrantes da Força Pública e das autoridades receberam treinamento sobre padrões internacionais de uso da força no âmbito dos direitos humanos, DIH e outras normas humanitárias.

355

autoridades civis, de instituições do Estado e do setor acadêmico receberam treinamento sobre DIH.

96.326

serviços de chamadas, acesso à Internet e recarga de baterias ajudaram migrantes e vítimas dos conflitos armados a entrar em contato com seus entes queridos.

63

serviços de chamadas, acesso à Internet e recarga de baterias ajudaram migrantes e vítimas dos conflitos armados a entrar em contato com seus entes queridos.

548

casos foram apresentados a atores armados para descobrir a sorte e o paradeiro de pessoas desaparecidas.

439

casos foram apresentados a atores armados para descobrir a sorte e o paradeiro de pessoas desaparecidas.

Trabalho com a Cruz Vermelha Colombiana

421.314 vítimas

de conflitos armados e outras situações de violência receberam atendimento da Cruz Vermelha Colombiana com apoio técnico, financeiro e logístico do CICV.

27 departamentos

da Colômbia foram beneficiados pelas ações realizadas pela Cruz Vermelha Colombiana em cooperação com o CICV.



R. Busnaro/CICR

Rádios de energia solar para comunidades indígenas, Dabeiba

Na zona rural de Dabeiba, Antioquia, percebemos que as comunidades indígenas mais remotas, que também são as mais afetadas pela presença de artefatos explosivos, não podiam receber mensagens de prevenção e mitigação de riscos. Portanto, entregamos sete rádios de energia solar e memórias USB com mensagens a sete comunidades para a promoção de comportamentos seguros.

“*Esse é um benefício para a nossa comunidade. Com mensagens de áudio, conseguiremos aprender sobre riscos e prevenção.*”

Elkin Bailarín, professor indígena.



J. Uribe/CICR

Cantaoras Esperanza e Paz, Tumaco

Os ritos funerários das comunidades afro-colombianas do Pacífico são coletivos. Nas vizinhanças dessas comunidades, todos acompanham o novo caminho do falecido com altares e cantos, pois a morte não é considerada o fim da existência, mas uma mudança de estado. Contudo, o fenômeno do desaparecimento tem fragmentado aquela tradição. Portanto, um grupo de mulheres que procuram seus familiares se reuniu para lembrá-los com alabaos e chigualos.

“*Se ele tiver morrido, poderá escutar meus alabaos; se ainda vive, escutará minha voz, saberá que ele está nos meus pensamentos.*”

Matilde Casanova, cantaora.



J. Uribe/CICR

Granita: associação de produção de mel em Tame, Arauca

Em Tame, Arauca, a associação comunitária Granita trabalha para gerar esperança com um projeto de apicultura. Lá, o CICV presta apoio psicossocial, produtivo, comercial e ambiental a 74 famílias e contribui para que a qualidade da mele de Granita seja sua maior fortaleza para continuar crescendo.

“*Na minha opinião, esse é um legado que podemos deixar a nossos filhos, em vez de dinheiro podemos deixar um terreno produtivo, e mais importante, um terreno onde eles possam morar.*”

Luz Stella Sucre, representante da Granita.



J. Uribe/CICR

Resiliência em Bekocha, Putumayo

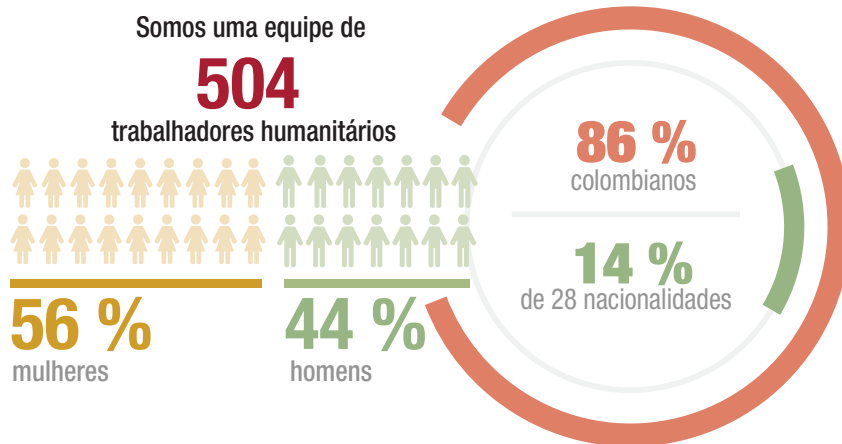
O abrigo indígena Bekocha Guajira é uma comunidade de Putumayo afetada pelos conflitos armados. Eles decidiram apostar pela incubação de ovos para criar galinhas e frangos, garantir sua segurança alimentar e fortalecer os relacionamentos na comunidade. As atividades foram lideradas pelas mulheres, que transmitiram conhecimentos culturais sobre o cuidado de ovos, pintinhos e galinhas a seus filhos e filhas.

“*Nós mulheres nos reunimos e discutimos a criação dos animais, e estamos felizes por essa ajuda.*”

María Orozco, indígena Bekocha.

Saiba mais sobre essas histórias digitalizando o código QR





Nosso orçamento em 2022 foi de:



162.427
bilhões de pesos colombianos

Completamos:

54 anos
de trabalho
na Colômbia



160 anos
de trabalho no mundo



Ajudamos pessoas do mundo inteiro afetadas por conflitos armados e outras situações de violência, fazendo todo o possível para proteger a sua dignidade e aliviar o seu sofrimento, com frequência em conjunto com os nossos parceiros da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Também procuramos prevenir as dificuldades com a promoção e o fortalecimento do Direito Humanitário e a defesa dos princípios humanitários universais.

As pessoas sabem que podem contar conosco na realização de uma série de atividades que salvam vidas em zonas de conflito, trabalhando em estreita parceria com as comunidades locais para entender e satisfazer as suas necessidades. Com a nossa experiência e conhecimento, podemos responder com rapidez, eficácia e imparcialidade.

-  CICRColombia
-  @CICR_co
-  cizr_americas
-  www.icrc.org/co
-  bogota@icrc.org

Linha **CICR te escucha**

☎ (57) 601 200 71 40

☑ #919 livre

de Claro, ETB,

Movistar y Tigo.

Sede principal - Bogotá D.C.

Calle 96 N°. 11b-37

Tel.: (601) 313 86 30

